



União Europeia

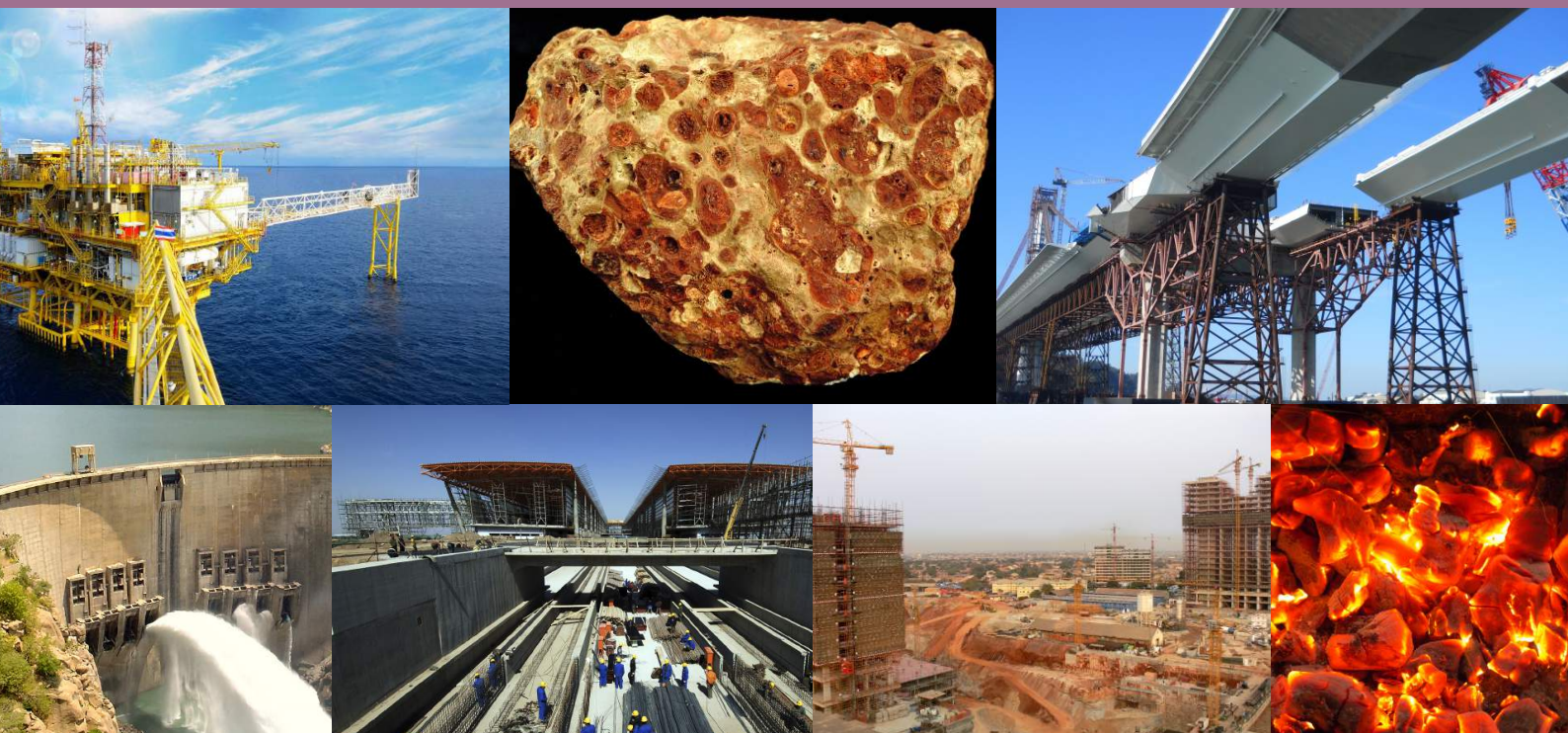


Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Paramentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste



29 DE SETEMBRO A 2 DE OUTUBRO DE 2015 - MAPUTO, MOÇAMBIQUE



MESA REDONDA INDUSTRIAS EXTRATIVAS & GRANDES OBRAS PÚBLICAS CONTROLO EXTERNO NOS PALOP-TL



Tribunal Administrativo
de Moçambique



cooperação
alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

O Pro PALOP-TL ISC é inteiramente financiado pela União Europeia

HANDBOOK DO PARTICIPANTE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

A fiscalização prévia por norma é exercida, antes do início dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa, nos casos legalmente previstos em cada ISC, considerando as respetivas isenções. Exerce-se a fiscalização prévia, relativamente aos instrumentos geradores da despesa pública, através do visto ou da declaração de conformidade, sendo devidos os respetivos emolumentos que, regra geral e na maioria dos casos, se revertem em receitas próprias e em benefício próprio das ISC.

Um dos requisitos de eficácia do visto em algumas das ISC dos PALOP e Timor-Leste é que nenhuma nomeação, contrato de pessoal, de empreitadas e de obras públicas ou de fornecimento de bens e serviços, pode ser publicado no Boletim Oficial sem menção da data do respetivo visto, expresso ou tácito, ou declaração de conformidade ou de que tal não carece de fiscalização prévia.

Pelo que, em complemento à fiscalização prévia, surge a fiscalização concomitante realizada aos atos, contratos e outros atos geradores de despesas e responsabilidades para o Estado ainda não totalmente executados, possibilitando às ISC detetarem potenciais irregularidades relativos a não sujeição ao visto do Tribunal de tais instrumentos acima referidos geradores de despesas públicas.

Aqui, os serviços de apoio das ISC, mormente designados de serviços de apoio dos Tribunais de Contas exercem um primordial papel, garantindo o exercício das suas competências de fiscalização prévia de modo integrado com as demais formas de fiscalização, concomitante e sucessiva, procurando flexibilizar o seu exercício, promovendo a sua progressiva seletividade. Nesta perspetiva, realça-se ainda a faculdade que os tribunais de contas têm, pelo poder que lhes são conferidos em plenário, de poder determinar a cessação temporária do regime de fiscalização prévia para certos serviços, entidades ou tipos de atos genericamente definidos, com fundamento na inviabilidade ou inutilidade do respetivo controlo ou na existência de um controlo interno seguro e fiável, passando em tal situação a vigorar os sistemas alternativos, complementares e substitutivos de fiscalização prévia aos dos das ISC.

Porém, é essencialmente no âmbito da fiscalização concomitante e sucessiva e recorrendo às auditorias de regularidade e de desempenho que as ISC verificam as contas das entidades, avaliam os respetivos sistemas de controlo interno, apreciam a legalidade, economia, eficiência e eficácia da sua gestão e asseguram a fiscalização na aplicação dos recursos financeiros externos, oriundos da cooperação internacional.

Se por um lado, a auditoria de regularidade, de acordo com INTOSAI, tem como âmbito a análise da legalidade e da regularidade das operações das contas de gerência executadas pelas entidades pertencentes ao sector público, na base da conformidade legal (vertente conformidade) e da regularidade financeira (vertente financeira) centrando-se a avaliação das contas de gerência, na verificação da fiabilidade da informação financeira (totalidade e exatidão das operações) e na legalidade das operações financeiras. Por outro, a auditoria de desempenho, centrando-se na avaliação da utilização do dinheiro público por parte das entidades públicas, analisa a eficiência, eficácia, efetividade e economia da ação estatal.

Assim, de acordo com INTOSAI, sendo a auditoria de desempenho, uma análise objetiva, organizada e sistemática das atividades do Governo, a um nível macro, e de todas as entidades inseridas na Administração Pública, a mesma pretende garantir uma análise independente à eficiência e eficácia das políticas, programas, projetos e atividades do Governo ou entidades e serviços públicos, dando especial atenção à economia e ao objetivo de promover melhorias. Pelo que tal avaliação tem por objetivo promover uma adequada e responsável governação, garantindo a eficiência e a eficácia na implementação das atividades e promovendo um desenvolvimento sustentável do país e do sector público.

Esta última forma de avaliação tem subjacente a verificação da capacidade das entidades, pertencentes ao sector público administrativo, de alcançarem os objetivos delineados, utilizando os recursos disponíveis, já que a auditoria de desempenho surge da necessidade em avaliar a gestão das entidades, relativamente a questões como, a quantificação das políticas definidas ou dos programas e serviços públicos implementados, da economia na utilização dos recursos, da eficiência das atividades relacionadas com os programas/projetos/serviços e da eficácia dos resultados alcançados. Pelo que o relatório de auditoria de desempenho das ISC deve conter todas as constatações, observações e recomendações relevantes de modo a fornecer às principais partes interessadas, entidades nacionais, financiadores internacionais e população em geral, informações de qualidade em tempo útil (tempestivo).

Não obstante se verificar que, as competências das ISC dos PALOP e Timor-Leste (PALOP-TL), no âmbito quer seja da fiscalização prévia, da concomitante ou da sucessiva, quer seja da auditoria de regularidade ou de desempenho, estarem bastante evoluídas e avançadas, estas instituições precisam aprofundar e aprimorar os seus conhecimentos e capacidades, adaptando-as às modernas e inovadoras técnicas, metodologias e outras ferramentas de controlo mais recentes ao domínio dos contratos complexos das Grandes Obras Públicas e do Sector das Indústrias Extrativas (IE).

Assim, em 2015, dando continuidade à capacitação das ISC, no quadro do Plano de Ação 2014-16 do [programa do Pro PALOP-TL ISC](#) em parceria com o Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento - GIZ, será realizado uma Mesa Redonda sustentada por um grupo de discussão e análise com a faculdade de posteriormente ser convertido em *e-Learning*, com duração de cerca de uma semana visando a capacitação de 2 Técnicos auditores e Juizes Conselheiros por cada ISC para a reforço da fiscalização e controlo destas importantes matérias e domínios no seio das ISC.

Assim, por iniciativa do [Projeto de reforço das capacidades técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste \(Pro PALOP-TL ISC\)](#) e com o apoio do Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento - GIZ pretende-se capacitar as ISC nas auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as ao Sector das Industrias Extrativas (IE) e às Grandes Obras Públicas, em sinergia com a fiscalização prévia.

Esta iniciativa visa o aprimoramento de capacidades e o reforço do papel e das competências dos órgãos jurisdicionais de fiscalização e controlo externo das finanças públicas, pelo que esta atividade transversal realiza-se em Moçambique (Maputo), entre 29 de Setembro a 02 de Outubro de 2015, na base da troca de experiências entre as ISC dos PALOP e Timor-Leste. A atividade foi prevista no quadro do Projeto Pro PALOP-TL ISC, um projeto inteiramente financiado pela União Europeia e administrado pelo PNUD.

Assim, esta Mesa Redonda financiada e realizada pelo projeto Pro PALOP-TL ISC, em parceria com o Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ, e sob os auspícios do Tribunal Administrativo de Moçambique, decorre num contexto de intercâmbio e sinergias entre as ISC dos diferentes PALOP-TL, marcado pela partilha de quadros legais, práticas e culturas institucionais familiares. Este evento visa a capacitação por via da troca de experiências e utilização de metodologias de facilitação e aprendizagem entre pares, permitindo assim, o reforço do conhecimento prático e aplicado, o domínio eficaz dos procedimentos, o intercâmbio e a sinergia entre as instituições dos diferentes países beneficiários, explorando familiaridades nos respetivos quadros legais, práticas e culturas institucionais similares, com o objetivo de contribuir para a capacitação dos participantes, dentre os quais Técnicos Auditores e Juizes Conselheiros das ISC dos PALOP e Timor-Leste na fiscalização prévia dos contratos complexos e controlo concomitante/sucessivo, auditorias de regularidade e de desempenho, aplicando-as às Indústrias Extrativas e Grandes Obras Públicas.

Pretende-se com esta iniciativa transversal contribuir para a criação de uma bolsa de competências capaz de garantir, por via do efeito multiplicador, réplicas e condições mais vantajosas no seio das ISC para uma aplicação mais ampla do visto e do controlo concomitante das grandes obras públicas, visando o desenvolvimento das auditorias de regularidade e de desempenho no domínio das IE, habilitando assim, os técnicos das ISC dos PALOP-TL nestes domínios de fiscalização e controlo externo concomitante e sucessivo das finanças públicas.

A mesa Redonda para as ISC dos PALOP-TL contempla cerca de 28 beneficiários representando as ISC dos PALOP-TL e acontecerá entre 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2015, no Hotel Avenida, em Maputo, Moçambique.



TERMOS DE REFERÊNCIA

TERMOS DE REFERÊNCIA

PROJETO PARA REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS DE INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO (ISC), PARLAMENTOS NACIONAIS E SOCIEDADE CIVIL PARA O CONTROLO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE (PRO PALOP-TL ISC)

O Pro PALOP-TL ISC foi criado a partir da subárea de governação económica no quadro do 10º Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) de 2008-2013 para os países PALOP-TL, o qual tem destinados 33.1 milhões de euros para apoio a Projetos de iniciativa de governação nos PALOP-TL. Este Projeto foi formulado com base na parceria entre a União Europeia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UE-PNUD) que destina 6.5¹ milhões de Euros em apoio a Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos, Parlamentares e Organizações de Sociedade Civil (OSC) nos PALOP-TL no domínio do controlo externo das finanças públicas, supervisão legislativa das despesas públicas e envolvimento do público nos ciclos orçamentais. Este Projeto tem como objetivo promover a governação económica nos PALOP-TL através do reforço das capacidades técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil nos seis países beneficiários.

O Projeto Pro PALOP-TL ISC está desenvolvido de acordo com as estratégias nacionais para a redução da pobreza e metas de desenvolvimento nacionais dos países beneficiários, assim como com o Programa do País e Planos de Assistência do PNUD e o 10º FED 2008-2013 para os PALOP-TL. Estas políticas e estratégias estão adaptadas às especificidades e prioridades de cada país mas convergem para promover a boa governação económica como um catalisador para o desenvolvimento humano e o crescimento económico. O Pro PALOP-TL contribui para este objetivo comum através do desenvolvimento das competências dos atores anteriormente referidos para (i) uma maior eficácia no controlo do orçamento pelo legislativo, (ii) melhorias nos sistemas de gestão das finanças públicas baseadas em práticas e instituições de controlo externo mais eficientes e (iii) uma participação pública mais informada e ativa e o seu envolvimento nos processos e ciclos orçamentais.

O Projeto conta com uma intervenção de abordagem multi-país e pretende intensificar o intercâmbio entre os PALOP-TL e a colaboração Sul-Sul inter-institucional, com base em uma perspetiva mais holística de governação democrática. Uma especial importância é dada ao desenvolvimento de capacidades cooperativas, transversais, Sul-Sul e entre pares dentro das áreas selecionadas de governação económica, mais concretamente na área do controlo externo, auditorias públicas externas, controlo financeiro do orçamento e escrutínio público das finanças públicas, dos processos de ciclos orçamentais e de contas públicas.

O Projeto tem como objetivo geral promover a governação económica nos PALOP-TL e reforçar as capacidades técnicas e funcionais das ISC, Parlamentos, Parlamentares e Sociedade Civil (incluindo os media). O objetivo específico é melhorar e aumentar a eficácia das políticas externas e o controlo judicial e civil das finanças públicas nos PALOP-TL tendo em vista uma utilização mais eficiente dos recursos públicos. As ISC e Assembleias Legislativas, assim como o público em geral, desempenham um papel importante na prevenção da corrupção e má gestão pública assim sendo, no âmbito do possível, o Projeto tem também como objetivo fortalecer os vínculos entre as ISC, Parlamentos, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outros órgãos de fiscalização, em particular as agências de luta contra a corrupção e as agências de *procurement*.

Este Projeto aborda diretamente a questão da boa governação e tem como objetivo reforçar os sistemas de prestação de contas através de um controlo externo e independente das finanças públicas, em resposta ao direito dos cidadãos à informação. O Projeto tem também como objetivo promover transversalmente a igualdade e equidade de género nos gastos públicos produzindo resultados e um impacto transformativo que deverá ser sustentável para além do ciclo de vida do Projeto. Para o efeito, o PNUD irá associar às unidades da ONU Mulheres ao nível dos seus escritórios de país e das outras agências de desenvolvimento e parceiros para a conceção dos planos de trabalho e atividades de formação. As plataformas e soluções oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) irão desempenhar um papel fundamental nesta estratégia e serão transversais às ações do Projeto. Questões ambientais serão tidas em consideração em atividades específicas, e quando a situação o justificar, e serão compatíveis com as estratégias dos países parceiros e as suas prioridades nacionais, como é o caso do reforço das competências de gestão e controlo na área da extração de recursos naturais em Moçambique.

Estão previstos dois resultados que contribuem diretamente para o objetivo específico deste Projeto:

¹ 6,4 milhões de euros administrados pelo PNUD e 0,1 milhões de euros administrados pela UE

1. O reforço das capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas dos PALOP-TL num contexto de aprendizagem entre pares.
2. O desenvolvimento de capacidades de supervisão para uma análise informada por parte dos Parlamentos e Sociedade Civil sobre as finanças públicas nos PALOP-TL num contexto de aprendizagem entre pares.

O Pro PALOP -TL ISC utiliza as ações de formação com vista a fortalecer e consolidar as competências e credenciais de todas as partes envolvidas e estabelece plataformas de *e-Learning* em Português garantindo o acesso a longo prazo a bases de dados e informação em Português. O Projeto contribui também para estabelecer pela primeira vez uma plataforma multi-país de Organizações de Sociedade Civil dos PALOP-TL onde serão apresentadas as lições e progressos feitos pelas OSC dentro do âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto. O plano de trabalho multi-país da OISC/CPLP² será complementado com outras atividades que visam promover a sustentabilidade e cooperação entre as diferentes Assembleias Legislativas dos PALOP-TL.

O acesso melhorado à informação fiscal (em termos de cumprimento dos prazos e divulgação, bem como da qualidade e abrangência da informação disponível) é uma pré-condição para um controlo público eficaz e para atingir os objetivos principais do Pro PALOP-TL. A longo o prazo, a extensão do impacto do Projeto vai depender do sucesso das suas estratégias de saída e da sustentabilidade das suas ações e atividades. É portanto crucial que os beneficiários deste Projeto estabeleçam relações e parcerias sustentáveis que perdurem para além do término do Projeto. Estas relações duradouras serão melhor alcançadas através do desenvolvimento de capacidades de recursos humanos dentro de instituições nacionais. Esse desenvolvimento de capacidades deve ter como objetivo desenvolver as competências profissionais e a melhoria da formação a nível interno.

A estratégia definida pelo Projeto tem em consideração tanto os diferentes contextos dos seis países beneficiários como a cooperação inter-institucional e Sul-Sul da qual fazem parte os PALOP-TL. O plano de ação inclui atividades multi-países que promovem a cooperação inter-institucional e Sul-Sul entre os PALOP (formação presencial e *e-Learning*, *workshops*, visitas de estudo e atividades aprendizagem entre pares), assim como atividades a nível nacional dirigidas às necessidades de cada um dos países beneficiários (formação, transformações organizativas, preparação de manuais, desenvolvimento de capacidades, etc.).

O PROGRAMA DE BOA GOVERNAÇÃO FINANCEIRA, DA COOPERAÇÃO ALEMÃ PARA O DESENVOLVIMENTO – GIZ

A Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ desenvolve, em Moçambique, o Programa de Boa Governação Financeira, que dentre outras áreas e sectores relevantes, contribui para o desenvolvimento de capacidades do Tribunal Administrativo de Moçambique - TA. Esta cooperação técnica vem desde 2007. A partir de 2013, a GIZ iniciou o apoio ao TA na fiscalização da IE. Está previsto, ainda, o início de um novo programa para o TA, com duração de 03 (três) anos, até 2018, focado em fiscalização da Indústria Extrativa e de obras públicas complexas.

Desde o início da conceção do [Pro PALOP -TL ISC](#), projeto inteiramente financiado pela União Europeia e administrado pelo PNUD, foi prevista a possibilidade de estabelecer parcerias com outros intervenientes que se encontravam a desenvolver projetos com complementaridades e/ou sinergias. Neste particular, o projeto promove uma colaboração com o Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento - GIZ, uma excelente plataforma multi-país (transnacional) de intercâmbios Sul-Sul que associa as ISC beneficiárias do Projeto Pro PALOP-TL ISC e promove as boas capacidades de gestão das finanças públicas.

Outrossim, conforme já referido, aquando da conceção do projeto previu-se que as questões ambientais seriam tidas em consideração em determinadas atividades, quando se justificasse, de acordo com as estratégias e prioridades nacionais dos países parceiros, como por exemplo o reforço das capacidades de supervisão no domínio da extração de recursos naturais em Moçambique.

Pelo que, a Mesa Redonda é uma atividade transversal prevista no quadro do Projeto Pro PALOP-TL ISC em parceria com o Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento - GIZ e o Tribunal Administrativo de Moçambique para a promoção da cooperação interinstitucional, da cooperação Sul-Sul e da troca de experiências e de aprendizagem entre pares, enquanto instrumento fundamental do desenvolvimento das capacidades dos países beneficiários.

² Organização das Instituições de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

I. CONTEXTO ESPECÍFICO DA MESA REDONDA

A estratégia do Pro PALOP-TL ISC promove a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo das ISC dos PALOP-TL, promovendo sinergias e atividades complementares, bem como interesses comuns, mediante a realização de intercâmbios de experiências, partilha de informações e de ferramentas com a finalidade de capacitar e desenvolver de forma durável as capacidades dos beneficiários, o aperfeiçoamento, a especialização técnica de recursos humanos e o desenvolvimento institucional e da gestão pública.

Consequentemente, a presente Mesa Redonda promove o intercâmbio e a sinergia entre as instituições dos diferentes países beneficiários, explorando familiaridades nos respetivos quadros legais, práticas e culturas institucionais similares, com o objetivo de contribuir para a capacitação dos participantes, dentre os quais Técnicos Auditores e Juizes Conselheiros das ISC dos PALOP e Timor-Leste, permitindo assim o domínio eficaz das técnicas, das metodologias e das ferramentas de fiscalização prévia dos contratos complexos e controlo concomitante/sucessivo, auditorias de regularidade e de desempenho, aplicando-as às Indústrias Extrativas (IE) e Grandes Obras Públicas.

Esta primeira Mesa Redonda resulta da parceria entre o Pro PALOP-TL ISC, o Programa de Boa Governança Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento - GIZ e o Tribunal Administrativo de Moçambique, sendo facilitada por formadores das ISC do Brasil e de Portugal e prevendo a intervenção de especialistas e peritos internacionais e dos PALOP e Timor-Leste, bem como o envolvimento e a participação de auditores das ISC beneficiárias do Pro PALOP-TL ISC, de outros parceiros de desenvolvimento com larga experiência e domínio nestas matérias, como é o caso da GIZ, do TCU e do TCP.

Embora as ISC tenham tido já um primeiro contato com essas matérias, com destaque para o Tribunal Administrativo de Moçambique que vem realizando e desenvolvendo algumas ações neste domínio, no quadro da cooperação com a GIZ e com a AFROSAI-E, todas as demais ISC dos PALOP-TL precisam reforçar a fiscalização prévia e controlo concomitante de contratos complexos e de aprofundar e aprimorar os seus conhecimentos e capacidades à nível das auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as às IE e Grandes Obras Públicas.

Em Moçambique, o crescimento das IE manteve-se a um ritmo reduzido, principalmente até o ano 2004, devido por um lado à paralisação de algumas minas durante a guerra e por outro ao domínio da mineração artesanal e/ou de pequena escala.

Porém, nos últimos anos, a economia moçambicana registou desenvolvimentos significativos na área dos recursos minerais, a partir de 2004 a produção das IE registou um crescimento assinalável, justificado principalmente pelo arranque dos megaprojetos de extração do gás natural e areias pesadas, não obstante desde 2000 grandes empresas multinacionais terem vindo a rubricar acordos para a prospeção e subsequente exploração de recursos naturais naquele país.

Mais recentemente, desde 2008, foram identificadas em Moçambique grandes reservas de gás natural com potencial para colocar o país entre os principais produtores mundiais de gás natural. Porém apesar da experiência de Moçambique na gestão dos seus megaprojetos de carvão e gás natural, o país e as instituições Moçambicanas enfrentam o desafio de preparar, ajustar e adequar a legislação de forma a muito rapidamente, se adaptarem ao seu novo lugar no palco internacional das multinacionais.

Por outro, embora grandes empreendimentos estejam a ser desenvolvidos em Moçambique, a produção das IE face ao Produto Interno Bruto (PIB) do país é ainda marginal. Porém, para os anos vindouros, se prevê que o peso das IE no PIB cresça de forma acentuada, devido ao arranque das atividades de exploração dos empreendimentos já instalados.

Nos outros PALOP-TL, nomeadamente em Angola e em Timor Leste, torna-se cada vez mais premente, a necessidade de fiscalização e controlo nestas áreas, de contratos complexos e do Sector extrativo, sendo já um sector bastante desenvolvido. Nos casos da Guiné Bissau e de São Tomé e Príncipe o potencial de desenvolvimento é enorme e de se destacar.

A realização da presente Mesa Redonda, proporciona uma grande oportunidade de troca e partilha aprofundada da experiência moçambicana e dos desafios existentes em outras instituições congéneres dos PALOP-TL no Sector das IE e em sinergia com a fiscalização prévia e o controlo concomitante de contratos complexos permite o estabelecimento em conjunto de um programa de fortalecimento Institucional e legal de práticas de fiscalização e de controlo externo eficazes na procura de soluções para inquietações comuns, considerando as suas respetivas atribuições e competências conferidas por lei.

Assim, em 2015, dando continuidade à capacitação das ISC, uma vez que há interesse dos Técnicos Auditores e Juizes Conselheiros das ISC aprofundarem os seus conhecimentos e domínios a nível da fiscalização prévia e do controlo concomitante de contratos complexos e das auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as às IE com duração de uma semana para a capacitação de 2 auditores de cada uma das ISC para o reforço da fiscalização e do controlo da papel e das competências das respetivas ISC no controlo externo das finanças públicas.

II. ENFOQUE DA MESA REDONDA

Esta Mesa Redonda será coorganizada e cofinanciada pelo Pro PALOP-TL ISC e pelo Programa de Boa Governança Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ. O Pro PALOP, TL ISC é um projeto inteiramente financiado pela União Europeia e diretamente administrado pelo PNUD) que foi desenvolvido a partir dos registros e experiências recentes acima referidos para a identificação das oportunidades e desafios na fiscalização prévia e no controlo concomitante de contratos complexos e no desenvolvimento por parte das ISC das auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as às IE com vista a promover o fortalecimento institucional, o papel e as competências das ISC beneficiárias.

A Mesa Redonda utilizará como base de referência parte da informação recolhida a partir das missões de formulação do Plano de Trabalho Anual (PTA) do Pro PALOP-TL ISC, realizadas entre Janeiro e Novembro de 2014 em todos os PALOP-TL, assim como na pesquisa e informação já disponível sobre o domínio de fiscalização prévia e de controlo concomitante de contratos complexos e de auditorias de regularidade e de desempenho sucessivo aplicadas às IE.

As missões de formulação de planos de trabalho anuais do Pro PALOP-TL ISC fizeram uso de metodologias e abordagens semelhantes em todos os países, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Cada trabalho de formulação foi precedida de uma análise documental aprofundada com o objetivo de apresentar um *snapshot* do país beneficiário visitado no que diz respeito à capacidade das instituições superiores de controlo, parlamentos e organizações da sociedade civil para garantir o controlo externo, fiscalização do orçamento legislativo e escrutínio público das contas públicas/despesas de forma independente e eficiente.

Por outro lado, a análise documental também avaliou o grau de transparência do orçamento, em particular a capacidade do Ministério das Finanças (MF) de apresentar orçamentos e informação fiscal dentro dos prazos convenientes, credíveis e detalhados (relatórios financeiros sobre o ano fiscal em curso e fim do ano) de uma forma acessível e *user-friendly*. As principais linhas de base e fontes utilizadas para esta avaliação são os resultados e sumários do Inquérito sobre o Orçamento Aberto (OBS/IOA), assim como os Relatórios de Avaliação da Despesa Pública e Responsabilização Financeira (PEFA) (indicadores relacionados com a credibilidade do orçamento, abrangência do orçamento, transparência do orçamento, análise da legislação, controlo externo e auditoria, participação do público nos processos orçamentários).

Esta análise documental foi complementada com avaliações de campo efetuadas durante as missões de formulação baseadas em trocas e entrevistas e conduzidas como fase preliminar anterior à formulação dos Planos de Trabalho Anuais (PTA).

Com base nesses dados, um conjunto de tendências em termos de necessidades e deficiências foram identificadas num perfil compilado de países.

Perfil de País – Snapshot³

No caso específico de **Cabo Verde** é importante notar que o país nunca teve um exercício de Inquérito sobre o Orçamento Aberto (OBS/IOA) e portanto essas linhas de base não podem ser utilizadas em uma verificação documental. O trabalho de formulação do PTA personalizou a OBS/IOA utilizando as secções relacionadas com o controlo externo e transparência do orçamento em sessões de trabalho com o Tribunal de Contas (TC), Parlamento e MF. A análise também utilizou os resultados do PEFA 2012, além dos Indicadores de Governança do Banco Mundial (WBG) e do Relatório de Governança para África (RGAII/AGRII) da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), para complementar um *snapshot* do perfil de país.

Cabo Verde tem um Tribunal independente de auditores. A comissão parlamentar competente para a fiscalização do orçamento é a Comissão de Planeamento e Orçamento (CPO) e não existem gabinetes especializados específicos ou unidades responsáveis pelo orçamento e análise de despesas. Não existe uma Sociedade Civil organizada envolvida na supervisão do processo orçamental ou que colabore com o Parlamento com vista a melhorar a fiscalização legislativa, análise e informação sobre as despesas e orçamento.

³ O diagnóstico de Angola está em curso

Apesar de uma forte credibilidade do orçamento, abrangência, transparência e controlo externo em Cabo Verde, o trabalho de análise pôde identificar certos desafios persistentes (Relatório PEFA 2012). Informações mais detalhadas sobre o perfil do país serão fornecidas aos delegados como parte da documentação de apoio à Mesa Redonda.

Temos a destacar o seguinte:

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria

1. O enquadramento legal está a ser revisto a fim de alinhar as atribuições e competências da ISC com as melhores práticas e Normas Internacionais de Auditoria (ISSAI).
2. O controlo externo e fiscalização do processo orçamental permanecem aos pontos mais fracos dentro do Sistema de Gestão das Finanças Públicas.
3. A capacidade de auditoria externa permanece fraca, particularmente no que diz respeito às entidades públicas locais (municípios).
4. A apresentação tardia dos relatórios de fim de ano por parte do executivo (mais de 2 anos) está a afectar o prazo da apresentação do relatório de auditoria da ISC.
5. O relatório de auditoria é distribuído amplamente e de forma proactiva, porém a ISC não produz um resumo *user-friendly* do relatório.
6. O executivo estabelece o orçamento da ISC mas os fundos não são suficientes para permitir às ISC realizar uma agenda de auditorias mais ambiciosa. Adicionalmente, o quadro jurídico não é suficientemente claro no que diz respeito ao âmbito das auditorias da ISC.

Tanto as instituições como o contexto de Cabo Verde permitem uma boa governação financeira. Nos últimos anos o TC tem vindo a melhorar consideravelmente a sua performance e eficiência devido a um apoio e assistência técnica consistente por parte dos parceiros de desenvolvimento, em especial do PNUD e da UE, mas também devido a cooperação bilateral com TC de Portugal e do Brasil. Normalmente o Parlamento de Cabo Verde não tem muita assistência de outros parceiros, particularmente no domínio da fiscalização do orçamento. O envolvimento do público em processos de orçamento, controlo externo e escrutínio legislativo é muito limitado e quase inexistente em Cabo Verde.

No caso da **Guiné-Bissau** a análise documental incluiu a análise do PEFA 2009 e 2014 (o esboço final de 2014 é aceite por todas as partes e inclui todos os comentários e contribuições), além dos Indicadores do Banco Mundial para a Governação (WBG) e o Relatório sobre a Governação em Africa da Comissão Económica das Nações Unidas para Africa (UNECA AGRII). Durante a análise documental não foi possível usar como informação de base os relatórios OBP sobre transparência orçamentária da Guiné-Bissau, controlo externo e participação do público. Isto devido ao facto de que assim como Cabo Verde, a Guiné-Bissau não está entre os países onde o OBS tenha sido realizado. No entanto este exercício foi parcialmente realizado durante a missão de formulação permitindo aos beneficiários do Projeto concluir o inquérito com a assistência técnica da missão.

Como se sabe, posteriormente à interrupção da ordem constitucional em 2012 e às subsequentes sanções internacionais para com as autoridades de transição na Guiné-Bissau, as Eleições Gerais de Abril de 2014 foram organizados em conformidade com as normas internacionais. A missão de formulação do Pro PALOP-TL ISC foi organizada na sequência da normalização da ordem constitucional e das relações com os seus parceiros internacionais por parte das autoridades políticas recém-eleitas na Guiné Bissau.

A avaliação da missão confirmou as seguintes insuficiências evidenciadas pelo PEFA 2014 em matéria de transparência do orçamento, controlo externo e participação dos cidadãos no processo orçamentário na Guiné Bissau. Esta avaliação inclui informação recolhida através da realização de partes relevantes das OBS durante a formulação dos PTA.

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria:

1. O quadro legal que define a independência do TC, independência financeira e capacidade de remover a direção da ISC, devem ser alinhados com as normas internacionais.
2. Tanto o controlo externo do Tribunal de Contas como a análise legislativa por parte do Parlamento são muito fracos.
3. O TC jamais preparou um relatório de auditoria (Parecer) sobre o relatório de fim de ano do executivo (CGE), o que esta a prejudicar seriamente a publicidade e acessibilidade dos relatórios finais do executivo (CGE) de 2009 e 2010, considerados até ao momento como não sendo públicos.
4. O TC nunca apresentou ao legislativo nenhum dos seus relatórios de auditoria (a instituições públicas) e estas auditorias cobrem menos de 50% dos gastos públicos do executivo.

5. A fiscalização legislativa do orçamento é considerada muito limitada, independentemente da capacidade teórica do parlamento para discutir e supervisionar a política fiscal do executivo e respetiva informação acerca das despesas.
6. A coordenação entre o Parlamento e o Tribunal de Contas e de outras instituições de controlo financeiro (por exemplo, Inspeção Geral das Finanças - IGF), incluindo a partilha de informação e acesso aos relatórios, é inexistente.

No caso de **Moçambique**, é importante salientar que as linhas de base não estavam atualizadas, já que os resultados disponíveis do OBS são referentes ao período decorrente entre 2010 e Dezembro 2011 (um OBS estava a decorrer em 2014 mas a esta data os resultados não foram publicados), e o relatório da PEFA⁴ disponível é referente ao período 2007-2010 (uma parte de 2010). Desde então progressos consideráveis foram feitos em Moçambique e as linhas de base já não são as mesmas. A avaliação complementar levada a cabo durante a formulação da missão permitiu aperfeiçoar as linhas de base do contexto evolutivo de Moçambique.

Em linhas gerais, desde 2006 que Moçambique tem vindo a registar um progresso significativo em relação a transparência orçamental e controlo externo. Em relação ao envolvimento do público no processo orçamental (incluindo auditoria), o progresso tem sido mais lento e com consideráveis problemas detetados.

Moçambique não tem um Tribunal de Contas especializado que trate exclusivamente do controlo das contas públicas⁵. As atribuições do Tribunal de Contas são capturadas pela 3ª secção do Tribunal Administrativo. A comissão parlamentar responsável pela fiscalização do orçamento é a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) e não há gabinetes específicos ou unidades responsáveis pelo orçamento e análise de despesas. A Sociedade Civil é organizada e muito envolvida no controlo de processo orçamental, apoiando também a CPO com análises e informação sobre as despesas e orçamento. Apesar do progresso, a missão identificou os seguintes desafios:

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria:

1. É necessária informação mais abrangente e apurada no desempenho financeiro das instituições e programas a fim de aumentar a responsabilidade.
2. Tendo em vista a descentralização legal e eficaz das Instituições Superiores de Controlo, presentemente existentes a nível provincial, há um desafio considerável para apoiar e reforçar estes tribunais a nível provincial, bem como para promover a coordenação institucional e evitar a sobreposição de atribuições e âmbitos de trabalho num contexto legal de independência/interdependência institucional descentralizada, embora de salutar que em Setembro 2015 foi promulgada, alteração legislação sobre os Tribunais Administrativos provinciais.
3. A coordenação com outras instituições de controlo financeiro (e.g. Inspeção Geral das Finanças - IGF), incluindo a partilha de informação e acesso a relatórios, precisa de ser reforçada.
4. Os processos de auditoria (incluindo decisão judicial - Julgamento das Contas) devem ser acelerados para melhor servir o ciclo orçamental.
5. Necessidade de melhorar o acesso e envolvimento do público no controlo externo das atividades do Tribunal de Contas.
6. O Tribunal de Contas deve desenvolver um sistema para registar as recomendações do relatório de auditoria do Tribunal de Contas e monitorizar o seu grau de implementação por parte do Executivo e empresas públicas.

Em **São Tomé e Príncipe**, segundo a análise documental empreendida recorrendo ao relatório do PEFA 2013 e os resultados do estudo de 2012 do Inquérito sobre o Orçamento Aberto. As conclusões de ambos os relatórios estão de alguma forma em linha com as conclusões da missão em matéria de controlo externo e de controlo parlamentar/civil das finanças públicas, contas e despesas.

As conclusões da missão confirmam as conclusões apresentadas na análise documental e estão resumidas da seguinte forma:

1. Os funcionários do Tribunal de Contas (TC) precisam de treino em áreas e técnicas de auditoria concomitante específicas.
2. Há uma nova proposta para melhorar o quadro jurídico e introduzir algumas das ISSAI. As principais partes interessadas precisam estar cientes das mudanças e do seu impacto.

⁴ Tendo sido lançado em Agosto de 2015 um novo relatório PEFA para Moçambique

⁵ A avaliação SAIPMF realizada ao Tribunal Administrativo de Moçambique em 2015 elenca mais informações sobre esta questão

3. A utilização das TIC no trabalho do TC é muito limitada ou inexistente. A introdução de tais sistemas de gestão iria contribuir para uma melhoria do trabalho do TC e da sua eficiência.
4. A divulgação e comunicação do TC precisa de ser dinamizada. O público não tem praticamente nenhum envolvimento no trabalho e planeamento das ações do TC.
5. O sistema GFP do MF normalmente enfrenta desafios que apresentam um impacto negativo na sua capacidade de produzir relatórios financeiros de meados e fim de ano. O MF necessita de apoio para obter adesão ao sistema de GFP e produzir de forma sustentável a informação fiscal necessária para o controlo externo. O processo orçamental, em especial o relatório, deve tornar-se mais transparente, sobretudo no que diz respeito aos relatórios financeiros (de meados e fim do ano).
6. A supervisão parlamentar do processo orçamental é fraca e muito limitada.
7. As comissões permanentes do parlamento necessitam de formação para supervisionar de forma mais eficiente a crescente disparidade e variação entre os orçamentos aprovados e orçamentos efetivamente implementadas.
8. Existe uma clara necessidade de completar o Projeto de introdução contínua das TIC no trabalho do parlamento. As bases de dados e sistemas de gestão contribuirão para o aumento da transparência e responsabilidade do Parlamento.
9. A consciência de género nas políticas e fiscalização dos gastos é inexistente e poderia tornar-se uma forma importante de generalizar a igualdade e equidade entre os sexos. As comissões permanentes e redes parlamentares de género serão treinadas para realizar orçamentos e análise de despesas com base no género.
10. Não existem normalmente Projetos ou ações que envolvam a sociedade civil na área de controlo externo e fiscalização das despesas públicas.

Em **Timor-Leste** segundo a análise documental empreendida, recorrendo ao relatório do PEFA 2010 e os resultados do estudo de 2012 do Inquérito sobre o Orçamento Aberto, assim como relatórios narrativos do progresso dos Projetos de fortalecimento parlamentar do PNUD. As conclusões do PEFA 2010 e do OBS 2012 não estão atualizadas e não refletem o contexto atual do país. Foram tomadas medidas positivas entre 2010-2012 que levaram a melhorias em um número de áreas importantes, no entanto existem pontos fracos importantes em sistemas e processos do GFP, os quais permaneceram inalterados ou pioraram. Desde a produção destes relatórios foram feitos progressos consideráveis, em particular:

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria:

1. O Parlamento Nacional tem vindo a melhorar o processo de escrutínio de propostas orçamentais e declarações financeiras anuais e tem vindo a desenvolver uma crescente compreensão institucional do trabalho que é necessário realizar. Há no entanto falhas e lapsos consideráveis em termos de capacidades as quais restringem a eficácia do escrutínio parlamentar. A discussão do orçamento parlamentar melhorou consideravelmente mas o envolvimento do público diminuiu.
2. Na ausência de uma Instituição Superior de Controlo o papel primordial do auditor externo tem sido rotineiramente contratado pelo GTL a uma empresa de auditoria externa. A promulgação da Lei na Câmara de Contas (CC) em 2011 marcou a criação formal do quadro institucional para a auditoria externa pública, embora com um mandato interino. Este é o primeiro passo na direção do estabelecimento de um processo de auditoria externa pública, conforme prescrito na Constituição e na legislação, e em conformidade com as normas da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI). Haverá também a necessidade de um considerável desenvolvimento e reforço da capacidade humana e organizacional durante os próximos anos.
3. No entanto, a Câmara de Contas desde então tem vindo a produzir o Relatório de Auditoria dentro dos prazos, entre outras auditorias temáticas que tem vindo a realizar.

A análise teve de efetuar a avaliação no terreno devido ao PEFA 2014 não estar disponível ao público e o OBS que estava ainda na fase inicial. Os resultados da avaliação são descritos a seguir:

1. Nos últimos anos Timor-Leste tem vindo a ser alvo de enormes investimentos públicos que envolvem grandes fluxos de investimento financeiro. Os funcionários da CC necessitam de formação em áreas específicas para lidar com estes novos programas e fazer a transição de uma abordagem que se foca no ponto de vista legal para uma abordagem que avalia a relação qualidade-preço na área de auditoria externa.
2. A CC terá de ser equipada melhor para garantir uma auditoria eficiente das contas do executivo através do sistema *FreeBalance*. Isto significa que os auditores e os juizes precisam de se familiarizar com técnicas de auditoria em sistemas de contabilidade informática. Por outro lado as sinergias entre os procedimentos de auditoria e o sistema precisam ser estimuladas e os auditores da CC precisam de receber formação em sistemas de contabilidade como NICSP e respetivas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

3. A utilização das TIC no trabalho da CC é muito limitada ou inexistente. A introdução de tais sistemas de gestão irá melhorar o trabalho da CC e sua eficiência.
4. A divulgação e comunicação da CC precisa de ser dinamizada. O público não tem praticamente nenhum envolvimento no trabalho e planeamento das ações da CC.
5. A CC está agora a começar a desenvolver diretrizes de auditoria e terá de implementar as melhores práticas da INTOSAI e as Normas Internacionais de Auditoria das ISC (ISSAI) nas suas diretrizes.
6. A CC, Parlamento e MF precisam discutir como lidar com as consequências da nova disposição legal, a qual exige uma retificação do Orçamento do Estado em caso de uma estimativa de baixa execução (abaixo de 70%) até o final do 3º trimestre. Esta nova exigência terá um impacto negativo no tempo de discussão das recomendações de Auditoria e seguimento na altura de discutir/aprovar a Proposta do Orçamento do Executivo. Como consequência, há uma elevada probabilidade de que o orçamento seja aprovado só após o início do ano fiscal (em Fevereiro), com todas as consequências em termos de indicadores para a força da legislatura e ISC no que diz respeito à supervisão do processo orçamental, controlo externo e auditoria.
7. As comissões parlamentares permanentes necessitam de formação para supervisionar de forma mais eficiente a crescente disparidade e variação entre os orçamentos aprovados e orçamentos efetivamente implementados. A unidade de investigação do parlamento deve ser reforçada a fim de fornecer uma análise eficiente do orçamento e das despesas utilizando as melhores práticas. Além disso, a adesão nacional deve ser feita através de funcionários nacionais especializados que trabalhem em unidades deste tipo, coisa que até à data nunca foi feita de forma eficaz.
8. Há uma clara necessidade de aumentar a introdução prevista das TIC no trabalho do parlamento. As bases de dados e sistemas de gestão devem ser configurados, uma vez que isso aumentará a transparência e prestação de contas ao parlamento.
9. As políticas de género e metas nacionais carecem de seguimento a nível de despesas e execução do orçamento. Não existem ferramentas que permitam a supervisão a nível de despesas e execução do orçamento, mesmo tendo em conta que esse método poderia tornar-se uma forma importante para implementar a igualdade equidade de género.
10. As comissões permanentes e redes parlamentar de género precisam ser treinadas para que possam levar a cabo orçamentos e análise de despesas baseadas no género.
11. A sociedade civil encontra-se bastante ativa no campo da transparência orçamental e na promoção do acesso à informação e orçamento fiscal. No entanto a participação do público no processo orçamental está a diminuir rapidamente, o envolvimento público na fiscalização do parlamento e na supervisão do trabalho legislativo também se encontra em regressão e não se verifica nenhuma interação entre o público e as ISC.

III. METODOLOGIA DAS SESSÕES DE TRABALHO DA MESA REDONDA

Da teoria à prática, esta será a abordagem metodológica, pelo que a teoria académica será apoiada pelo conhecimento aplicado e prático dos contextos legais, institucionais e humanos específicos dos PALOP-TL. Os facilitadores especialistas irão apresentar os últimos desenvolvimentos sobre as auditorias de regularidade e desempenho e respetiva aplicação às IE em estudo. Os participantes nacionais das ISC PALOP-TL também irão conduzir sessões de trabalho para partilhar contextos locais específicos representando as suas respetivas ISC. Cada sessão terá um objetivo de aprendizagem definido (LO⁶ - Objetivo de Aprendizagem) e um ponto-chave (KU⁷ - Compreensão-Chave), estabelecendo limites claros do que é esperado de cada sessão-LO & KU são especificados na Agenda.

Assim, a Mesa Redonda irá integrar uma variedade de técnicas pedagógicas e de comunicação a fim de garantir a aprendizagem eficiente através de métodos participativos e interativos de aprendizagem que implicará o envolvimento dos Técnicos e Juizes Conselheiros dos Tribunais de Contas, tomando sempre em consideração as suas contribuições.

Pelo que, a Mesa Redonda incluirá três componentes:

Uma componente de carácter teórico que coloca o acento sobre os fundamentos da metodologia e seus conceitos e sobre as exigências e os desafios essenciais da fiscalização prévia (Visto) e do controlo concomitante de contratos complexos e das auditorias de regularidade e de desempenho, considerando os respetivos Manuais/Guias de auditoria e procedimentos aplicando-as às IE (cerca de 30% do tempo).

Uma componente prática colocando o acento sobre a implementação prática das exigências através dos exercícios pedagógicos que incidirão principalmente sobre os elementos essenciais, os requisitos primordiais básicos do processo de Visto alusivos aos grandes contratos de obras públicas e às auditorias de regularidade e de desempenho, segundo as técnicas e as metodologias prescritas nos Manuais/Guias de auditoria e procedimentos (cerca de 45% do tempo).

Uma componente para a consolidação da aprendizagem os trabalhos de grupo seguidos de restituições em plenária, de intercâmbios de pontos de vista, de discussões, de críticas construtivas, do resultado dos trabalhos de grupo e das soluções propostas a fim de assegurar uma interpretação uniforme das exigências e desafios aplicados às IE, nos casos da fiscalização prévia, concomitante ou sucessiva em conformidade com os Guias/ Manuais de auditorias e procedimentos de regularidade e desempenho (cerca de 25% do tempo).

Conforme já referido, a Mesa Redonda irá integrar uma variedade de técnicas pedagógicas e de comunicação a fim de garantir a aprendizagem eficiente e interativa através de métodos participativos de aprendizagem para adultos:

- **As Apresentações** servem para introduzir os representantes/participantes aos temas e estudos de caso em debate. Os facilitadores, convidados e os representantes de cada ISC, terão portanto um tempo limite a fim de promover a interação e discussão entre os participantes. A fim de garantir que os representantes/participantes capturem os pontos-chave da Mesa Redonda. Assim, oradores convidados, facilitadores peritos e participantes serão convidados a utilizar as apresentações do *Power Point* cujo conteúdo serão partilhados durante a formação e disponibilizados após o encerramento da Mesa Redonda no *website* do Pro PALOP-TL ISC @ <http://www.propaloptl-sai.org>, bem como através sua respetiva plataforma de [formação on-line](#).
- **Os Estudo de Caso** são baseados sobre as técnicas, metodologias e ferramentas dos Guias/ Manuais de auditorias e procedimentos de regularidade e de desempenho e as boas práticas internacionais aplicadas à fiscalização prévia e ao controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das IE, visando o conhecimento aplicado, a prática em contextos específicos e expõem as lições aprendidas pelos participantes das ISC. Cada representante da ISC/país através do treinamento ministrado pelos participantes terá a oportunidade de expor casos específicos e exemplos num contexto de aprendizagem entre pares "peer-learning" colocando realidades locais e contextos específicos num contexto global e as melhores práticas baseadas em conhecimento aplicado e dados empíricos que permitem expor as lições aprendidas.

⁶ Estratégias através das quais os delegados demonstram o nível de domínio e proficiência de KU da sessão.

⁷ Conhecimentos adquiridos pelos participantes através da sessão: teoria, princípios, *know-how*, a prática, o quadro jurídico, etc.

- **Os grupos de trabalho** garantidos através dos exercícios práticos e outras tarefas desenvolvidos em trabalhos de grupo que irão permitir aos representantes de cada ISC trabalhar em equipa, discutir mais aprofundadamente alguns tópicos e temáticas e encontrar soluções inclusivas e respostas aos desafios colocados. Os trabalhos de grupo entre representantes de ISC/países contemplam exercícios pedagógicos realizados permitindo apresentar os pontos mais problemáticos e identificar as melhores práticas, seguidos de restituições em plenária que permitem discussões mais aprofundadas de alguns tópicos, temáticas e críticas construtivas.
- **As Notas de apoio** são as notas-chave e recursos que dão apoio a cada, facilitador especialista e apresentação do participante por país. As notas de apoio devem ser submetidas previamente à comissão executiva da Mesa Redonda a fim de serem incluídas nos recursos e pastas dos participantes.
- **A Gravação áudio e de vídeo** cobertura de todas as sessões para mais tarde serem utilizadas como parte de um Módulo de *e-Learning* utilizando a Agenda e o conteúdo da Mesa Redonda como *story board*. A mesa Redonda será vídeo-áudio gravada para mais tarde ser integrada em um Módulo de *e-Learning* da Mesa Redonda nos PALOP-TL, usando a Agenda como *story board* e como conteúdos as discussões ao vivo. Pequenos *sketches* com participantes nacionais enquanto respondentes de primeira linha irão capturar a dinâmica da Mesa Redonda e as expectativas dos participantes. Entrevistas mais longas e estruturadas com os facilitadores pré-programados abordarão temas importantes discutidos na Mesa Redonda no contexto dos PALOP-TL - estas serão em menor número, mas mais longas. Finalmente, uma sessão de conversa mais direta vai permitir que os participantes apresentem os pontos mais problemáticos que se identifiquem as melhores práticas em uma discussão estilo livre na modalidade das ISC/Câmara de Contas/Tribunal Administrativo em Debates.
- **O Reporte das sessões de trabalho** duas equipas de quatro relatores irão garantir a comunicação dos 3,5 dias e a cada dia: dois irão cobrir as sessões de trabalho na parte da manhã e dois irão cobrir as sessões de trabalho no período da tarde. As sessões nos grupos de trabalho serão cobertas pelos relatores identificados dentro de cada grupo.
- **A avaliação** das sessões será fornecida no final da Mesa Redonda e irá abordar cada sessão ou módulo visando em específico o conteúdo fornecido, a facilitação, apresentação e logística. A avaliação final incluirá dados qualitativos e permitirá que futuras formações de capacitação possam melhorar efetivamente a partir da identificação de falhas e lapsos da presente Mesa Redonda.
- **A língua de trabalho da Mesa Redonda será o Português** em todas as sessões plenárias e apresentações.

A abordagem será, portanto, da teoria à prática de forma a permitir aos representantes de cada país, através de um olhar aprofundado sobre os problemas discutidos, encontrar respostas e soluções inclusivas para os desafios que irão ser abordados.

3.1 ÂMBITO E OBJETIVOS

A Mesa Redonda foi concebido visando a criação de condições no seio das ISC para a fiscalização prévia e o controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das IE, garantidos quer pela aplicação mais ampla dos Guias/Manuais de auditoria de regularidade e de desempenho no âmbito da fiscalização prévia, concomitante e sucessiva, quer pelas boas práticas internacionais desenvolvidos pela OISC/CPLP, INTOSAI, AFROSAI-E e CREFIAF para o fortalecimento institucional das ISC para que as mesmas possam melhor cumprir o seu dever de órgãos superiores de controlo externo das despesas públicas e assim fomentar a transparência, a responsabilização e a boa governação na administração pública.

Pelo que, pretende-se com esta iniciativa transversal que envolve a participação dos Técnicos Auditores e Juizes Conselheiros das ISC, criar uma bolsa de competências capaz de garantir, por via do efeito multiplicador, réplicas junto de outros técnicos das ISC habilitando-os assim, para a fiscalização prévia e o controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das IE a fim de garantir a compreensão dos seus pontos fortes, limitações, propósito e o modo como os relatórios podem ser utilizados pelas ISC, bem como respetivos parceiros externos de desenvolvimento.

Assim, a Mesa Redonda para a troca de experiências das ISC PALOP-TL no Quadro das Ações de Cooperação Bilateral Sul-Sul inclui a participação de 28 Técnicos Auditores e Juizes Conselheiros das diferentes ISC dos PALOP-TL visa o reforço de capacidades de auditoria externa de regularidade e desempenho e o aprofundamento e aprimoramento dos conhecimentos, das técnicas, das metodologias e das ferramentas da fiscalização prévia, concomitante e sucessiva no âmbito da troca de experiências e aprendizagem entre pares que pretende alcançar os seguintes objetivos:

- 1) Socialização da experiência e desafios das diferentes ISC PALOP-TL no âmbito da fiscalização prévia, concomitante e sucessiva dos contratos de grandes obras públicas e na realização de auditoria de regularidade e de desempenho aplicando-as ao Sector das IE;
- 2) Sessão de amplo debate visando aprofundar, aprimorar e analisar o papel crítico da fiscalização prévia e do controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das auditorias de regularidade e de desempenho, na sua maioria ligadas às IE;
- 3) Acesso aos *standards* e melhores práticas internacionais de fiscalização prévia e de controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das auditorias de regularidade e de desempenho aplicadas às IE.

3.2 RESULTADOS ESPERADOS

A Mesa Redonda irá promover a troca de experiências mediada por um *know-how* e conhecimento atualizado na área das auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as ao Sector das IE em sinergia com a fiscalização prévia dos contratos de grandes obras públicas e seu controlo concomitante num quadro de troca de experiências das ISC dos PALOP-TL.

Os 28 representantes entre Técnicos Auditores e Juizes Conselheiros das ISC dos PALOP-TL que participarão na Mesa Redonda reforçam capacidades de auditoria externa de regularidade e de desempenho e aprofundam conhecimentos e técnicas de fiscalização prévia e do controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas, num quadro de troca de experiências e aprendizagem entre pares.

Os resultados esperados da Mesa Redonda são:

- 1) Os participantes das ISC conhecem a importância e os benefícios da fiscalização prévia e controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das auditorias de regularidade e de desempenho para a sua mais ampla aplicação ao caso prático das IE;
- 2) Os participantes conhecem a importância e a pertinência da fiscalização prévia e do controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das IE e os disseminam junto da respetivas ISC;
- 3) Os participantes reforçam os seus conhecimentos e as ISC partilham experiências e competências no âmbito da fiscalização prévia e do controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas aplicando-as às IE nos diferentes PALOP-TL com base na experiência comparada e num quadro de aprendizagem entre pares;
- 4) Um Módulo *e-Learning* é produzido tendo como *story board* o conteúdo da Mesa Redonda que estará disponível em Português e/ou Inglês;
- 5) O Relatório Final estará disponível e acessível com os resultados das sessões de trabalho e os principais produtos/resultados da Mesa Redonda serão seguidamente produzidos e disponibilizados atempadamente em Português e/ou Inglês;
- 6) Os participantes terão acesso ou reforçam conhecimento dos *standards* e das melhores práticas internacionais de fiscalização prévia e controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das auditorias de regularidade e de desempenho aplicadas às IE.

3.3 PRODUTOS ESPERADOS

Uma vez que os Técnicos Auditores e Juízes Conselheiros participantes compreendem a importância e as oportunidades da fiscalização prévia e do controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e do desenvolvimento das auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as às IE, os produtos da Mesa Redonda são:

- 1) Handbook do Participante (versão Portuguesa) que inclui os Termos de Referência (*TdR*), a Agenda com o conteúdo dos módulos e as sessões de trabalho, a Nota Logística e a Lista dos Participantes das ISC da Mesa Redonda;
- 2) Pasta do Participante com o Handbook do representante e toda a documentação e demais materiais de apoio da Mesa Redonda, incluindo um cartão de memória USB; bem como o conjunto das apresentações em power point dos representantes dos países representados;
- 3) Materiais de visibilidade do da Mesa Redonda que inclui até dois (*banners* e *Roll-up*), um nota de imprensa e certificados;
- 4) Materiais audiovisuais da Mesa Redonda que inclui todas as gravações e entrevistas capturadas durante o referido evento e um Módulo *e-Learning* (versões em Português e Inglês);
- 5) 6 ISC capacitadas, sendo 2 Técnicos Auditores⁸ e/ou Juízes Conselheiros por ISC dos PALOP-TL certificados na fiscalização prévia e no controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e no desenvolvimento das auditorias de regularidade e de desempenho aplicando-as às IE;
- 6) Rede de profissionais dos PALOP-TL conhecedores das técnicas, das metodologias e das ferramentas de fiscalização prévia e de controlo concomitante dos contratos de grandes obras públicas e das auditorias de regularidade e de desempenho aplicadas às IE criando assim uma bolsa competência a nível das ISC;
- 7) Fichas e indicadores de avaliação da Mesa Redonda;
- 8) Relatório narrativo e financeiro final que inclui todo o conteúdo e produtos da Mesa Redonda.

IV. COMISSÃO EXECUTIVA DA ORGANIZAÇÃO DA MESA REDONDA

Com vista a garantir a eficiência da organização da Mesa Redonda foi constituído uma Comissão Executiva. A comissão será constituída, conforme opção e indicação dos respetivos membros, por um ou mais representante do Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ, do Tribunal Administrativo de Moçambique, do PNUD em Moçambique e Cabo Verde/Pro PALOP-TL ISC. Estará também presente um representante da Delegação da União Europeia em Moçambique.

A Comissão Executiva será responsável pela organização eficiente da Mesa Redonda e por garantir que todos os produtos e resultados sejam entregues dentro dos prazos. A Comissão Executiva deve ser apoiada por uma equipa de relatores a identificar dentre os quadros do PNUD e do Tribunal Administrativo de Moçambique.

V. DESTINATÁRIOS BENEFICIÁRIOS

Serão beneficiárias deste da Mesa Redonda as ISC de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, do Tribunal Administrativo de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e da Câmara de Contas de Timor Leste. Para mais detalhes consultar a lista de participantes.

Em função dos critério de elegibilidade pré-estabelecidos, enquanto requisitos de seleção dos respetivos participantes por cada ISC, os representantes dos PALOP-TL podem ser Técnicos Auditores ou Juízes Conselheiros com curso superior nas áreas de: Direito, Finanças e Administração Pública ou Auditoria:

- 1) Ter mais de 5 anos de experiência no exercício de atividade como auditor na respetiva ISC ou pelo menos de 3 anos de atividade em auditoria;

⁸ À exceção do Tribunal Administrativo de Moçambique

- 2) Ter profundo conhecimento e domínio de normas do Direito Financeiro; da INTOSAI (ISSAI's) e conhecimento jurídico em atos e contratos públicos e em auditorias de regularidade e de desempenho;
- 3) Ter experiência e profundo conhecimento dos Guias/Manuais de auditoria e procedimentos de regularidade e de desempenho, do quadro legal relativo à fiscalização prévia e do controlo concomitante do regime jurídico de fiscalização das despesas públicas;
- 4) Ter domínio da Língua Portuguesa;
- 5) Conhecimento e a experiência da fiscalização prévia e do controlo concomitante e sucessivo e/ou das auditorias de regularidade e de desempenho nas ISC dos PALOP-TL é considerado uma mais-valia.

Os destinatários representantes são no total de 28 beneficiários das ISC dos PALOP-TL, conforme lista anexa, não podendo ultrapassar, em número 2 representantes, por cada ISC⁹.

⁹ À exceção do Tribunal Administrativo de Moçambique



AGENDA

VI. AGENDA

A Agenda de 3,5 dias da Mesa Redonda permite aos participantes se debruçarem sobre a problematização atual da fiscalização prévia e do controlo concomitante jurisdicional das ISC dos contratos de grandes obras públicas e um olhar aprofundado sobre a reflexão e aplicação das auditorias de regularidade e de desempenho ao caso prático concreto das IE, quer seja através da fiscalização prévia, concomitante ou sucessiva. Este objetivo será alcançado em um contexto de aprendizagem entre pares, levada a cabo através da troca de experiências e partilha de know-how e das melhores práticas internacionais, visando o reforço do papel e das competências das ISC no âmbito da fiscalização externa das despesas públicas.

Agenda

Segunda, 28 Setembro, 2015 - *Chegada dos Participantes*

Dia 1 – Terça-feira, 29 Setembro, 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
08:30 – 09:00 (30')	Recepção dos convidados e Inscrição dos Delegados	Protocolo do Tribunal Administrativo de Moçambique
09:00 – 10:00 (60')	Abertura/Boas Vindas <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alocuções de Abertura e Boas Vindas <ul style="list-style-type: none"> ○ Representante do PNUD ○ Representante do GIZ ○ Representante da Delegação da União Europeia ○ Representante do Tribunal Administrativo de Moçambique 	Protocolo do Tribunal Administrativo de Moçambique Relatores 1 & 2
10:00 – 10:30 (30')	Pausa-café	
Módulo 1: Os desafios e o impacto das Indústrias Extrativas e das Grandes Obras Públicas na Governação e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas		
11:30 – 11:40 (10')	Housekeeping <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação da Agenda ✓ Explicação da logística da Mesa Redonda 	(POR DECIDIR) Relatores 1 & 2
11:40 – 12:00 (20')	Palestra 1: Os desafios e o impacto das Indústrias Extrativas na Governação e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas – <i>problematização e estado da pesquisa internacional</i>	Guest Speaker 1: GIZ, Consultor Agustín Castaño Moderador 1 Relatores 1 & 2
12:00 – 12:20 (20')	Discussão e Debate em Plenária	Guest Speaker 1 & Moderador 1 Relatores 1 & 2
12:20 – 12:40 (20')	Palestra 2: Os desafios e o impacto das Grandes Obras Públicas e dos Contratos Complexos	Guest Speaker 2: Ministério das Obras Públicas Moderador 2 Relatores 1 & 2
12:40 – 13:00 (20')	Discussão e Debate em Plenária	Guest Speaker 2 & Moderador 2 Relatores 1 & 2
13:00 – 14:00 (60')	Almoço	
14:00 – 14:20 (20')	Palestra 3: Os Hidrocarbonetos – <i>O que são? Como funciona o sector? Quais são os intervenientes e actores?</i>	Guest Speaker 3: INP - Instituto Nacional do Petróleo Moderador 3 Relatores 3 & 4
14:20 – 14:40 (20')	Discussão e Debate em Plenária	Guest Speaker 3 & Moderador 3 Relatores 3 & 4
14:40 – 15:00 (20')	Quebra-Gelo: Apresentação dos Delegados e Participantes	Relatores 3 & 4
15:00 – 15:30 (30')	Pausa-café	
15:30 – 16:00 (30')	Mesa Redonda: Conclusões e Recomendações do Dia	Relatores 3 & 4
16:00	Encerramento do Dia 1	

Dia 2 – Quarta-feira, 30 Setembro, 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
08:30 – 09:00 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo do Tribunal Administrativo de Moçambique
Módulo 2: Fiscalização das Obras Públicas Complexas: Prévia, concomitante e sucessiva (Auditorias de Regularidade e Financeira – limites reais e conjunturais)		
09:00 – 09:10 (10')	Housekeeping ✓ Apresentação da Agenda ✓ Explicação da logística da Mesa Redonda	(POR DECIDIR) Relatores 3 & 4
09:10 – 09:30 (20')	Palestra 4: Fiscalização Prévia das Obras Públicas Complexas	Tribunal de Contas de Portugal, Fernando Teiga Barros Moderador 4 Relatores 3 & 4
09:30 – 10:00 (30')	Discussão e Debate – especificidades nacionais, semelhanças, distância entre formal e real nos diferentes países	Tribunal de Contas de Portugal, Moderador 4 Relatores 3 & 4
10:00 – 10:30 (30')	Pausa-café	
10:30 – 10:50 (20')	Palestra 5: Fiscalização Concomitante das Obras Públicas Complexas – as Auditorias de Regularidade e de Desempenho	Tribunal de Contas de Portugal, Fernando Teiga Barros Moderador 5 Relatores 1 & 2
10:50 – 11:20 (30')	Discussão e Debate – especificidades nacionais, semelhanças, distância entre formal e real nos diferentes países	Tribunal Administrativo de Moçambique, Moderador 5 Relatores 1 & 2
11:20 – 11:40 (20')	Palestra 6: A experiência moçambicana na Fiscalização das Obras Públicas	Tribunal Administrativo de Moçambique, Michela Paulo Moderador 6 Relatores 1 & 2
11:40 – 12:10 (30')	Discussão e Debate – especificidades nacionais, semelhanças, distância entre formal e real nos diferentes países	Tribunal Administrativo de Moçambique, Moderador 6, Relatores 1 & 2
12:10 – 13:10 (60')	Almoço	
13:10 – 14:10 (60')	Grupos de Trabalho para discussão e contextualização nacional Mesa 1: Fiscalização Prévia das Obras Públicas Complexas Mesa 2: Fiscalização Concomitante das Obras Públicas Complexas – as Auditorias de Regularidade e de Desempenho Mesa 3: A experiência moçambicana na Fiscalização das Obras Públicas	Tribunal de Contas de Portugal Tribunal Administrativo de Moçambique Tribunal de Contas da União Moderadores 4, 5, 6 Relatores 1, 2, 3 & 4
14:10 – 14:40 (30')	Pausa-café	
14:40 – 15:10 (30')	Mesa Redonda: Conclusões e Recomendações do Dia	Relatores 3 & 4
15:10	Encerramento do Dia 2	

Dia 3 – Quinta-feira, 1 Outubro 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
08:30 – 09:00 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo do Tribunal Administrativo de Moçambique
Módulo 3: Fiscalização das Industrias Extrativas: Prévia, concomitante e sucessiva (Auditorias de Regularidade e Financeira – limites reais e conjunturais)		
09:00 – 09:10 (10')	Housekeeping ✓ Apresentação da Agenda ✓ Explicação da logística da Mesa Redonda	(POR DECIDIR) Relatores 3 & 4
09:10 – 09:30 (20')	Mesa Redonda: Fiscalização Prévia dos contratos do sector da Industria Extrativa	GIZ, Pro PALOP-TL ISC e TAMZ, Carlos Maurício, Maria Andrade e Denise Mucambe Moderador 7 Relatores 3 & 4
09:30 – 10:00 (30')	Discussão e Debate – <i>especificidades nacionais, semelhanças, distância entre formal e real nos diferentes países</i>	GIZ, Pro PALOP-TL ISC e Tribunal Administrativo de Moçambique, Moderador 7 Relatores 3 & 4
10:00 – 10:30 (30')	Pausa-café	
10:30 – 10:50 (20')	Palestra 7: Auditorias de Desempenho no sector das Indústrias Extrativas	Tribunal de Contas da União, Maridel Piloto de Noronha Moderador 8 Relatores 1 & 2
10:50 – 11:20 (30')	Discussão e Debate – <i>especificidades nacionais, semelhanças, distância entre formal e real nos diferentes países</i>	Tribunal Administrativo de Moçambique, Moderador 8 Relatores 1 & 2
11:20 – 11:40 (20')	Palestra 8: A experiência moçambicana na Fiscalização das Industrias Extrativas	Tribunal Administrativo de Moçambique, TAMZ Moderador 9 Relatores 1 & 2
11:40 – 12:10 (30')	Discussão e Debate – <i>especificidades nacionais, semelhanças, distância entre formal e real nos diferentes países</i>	Tribunal Administrativo de Moçambique, Moderador 9 , Relatores 1 & 2
12:10 – 13:10 (60')	Almoço	
13:10 – 14:10 (60')	Grupos de Trabalho para discussão e contextualização nacional Mesa 1: Mesa Redonda sobre a Fiscalização Prévia das Industrias Extrativas Mesa 2: Auditorias de Desempenho no sector das Indústrias Extrativas Mesa 3: Experiência Moçambicana na fiscalização das Industrias Extrativas	Tribunal de Contas da União, GIZ e TAMZ Moderadores 7, 8, 9 Relatores 1, 2, 3 & 4
14:10 – 14:30 (20')	Palestra 9: Experiência brasileira de Auditorias Conjuntas / Coordenadas como instrumento de cooperação e desenvolvimento de capacidades entre pares – métodos, guias e boas práticas	Tribunal de Contas da União, Maridel Piloto de Noronha Guest Speaker 4 Moderador 10 Relatores 3 & 4
14:30 – 15:00 (30')	Discussão e Debate	Guest Speaker 4 & Moderador 10 Relatores 3 & 4
15:00 – 15:30 (30')	Pausa-café	
15:30 – 16:00 (30')	Mesa Redonda: Conclusões e Recomendações do Dia	Relatores 3 & 4
16:00	Encerramento do Dia 3	
19:00	Os Delegados são convidados a um Jantar/Cocktail Oficial no Hotel @@@@	

Dia 4 – Sexta-feira, 02 Outubro, 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
08:30 – 09:00 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo do Tribunal Administrativo de Moçambique
09:00 – 09:10 (10')	Housekeeping ✓ Apresentação da Agenda ✓ Explicação da logística da Mesa Redonda	(POR DECIDIR) Relatores 1 & 2
Elaboração de um Plano de Ação por país: Fiscalização Prévia, Concomitante e Sucessiva das Industrias Extrativas e das Obras Públicas Complexas: Auditorias de Regularidade e de Desempenho		
09:10 – 10:00 (50')	Mesa Redonda para a elaboração do Plano de Ação por país	ISC PALOP e Timor-Leste Moderador 11 Relatores 1 & 2
10:00 – 10:30 (30')	Pausa-café	
Apresentação Plano de Ação por país: Fiscalização Prévia, Concomitante e Sucessiva das Industrias Extrativas e das Obras Públicas Complexas: Auditorias de Regularidade e de Desempenho		
10:30 – 11:30 (60')	Apresentação do Plano de Ação por país	ISC PALOP e Timor-Leste Moderador 11 Relatores 1 & 2
Boas práticas identificadas, lições da aprendizagem entre pares, principais conclusões e próximos passos		
11:30 – 12:00 (30')	Discussão e Debate do Plano de Ação - Conclusões e Recomendações da Mesa Redonda	ISC PALOP e Timor-Leste Moderadores 11 Relatores 1, & 2
12:00	Encerramento do Dia 4 e da Mesa Redonda	
12:00 – 13:00 (60')	Encerramento/Farewell ✓ Alocuções de Encerramento <ul style="list-style-type: none"> ○ Representante do PNUD ○ Representante do GIZ ○ Representante da Delegação da União Europeia ○ Representante do Tribunal Administrativo de Moçambique 	Relatores 1, 2, 3 & 4
13:00	Almoço	

Sábado, 3 Outubro, 2015 - Regresso dos Delegados



NOTA LOGÍSTICA

Nota Logística

VII. INTRODUÇÃO

A **Mesa Redonda para a análise dos desafios e das melhores práticas em Auditorias de Regularidade e de Desempenho nos Sectores das Industrias Extrativas & Grandes Obras Públicas em sinergia com a Fiscalização Prévia é a terceira** atividade transversal que o Projeto Pro PALOP-TL ISC coloca na linha da frente para a cooperação interinstitucional sul-sul e aprendizagem entre pares como instrumento fundamental para melhorar as capacidades dos beneficiários. A Mesa Redonda promove trocas e sinergias entre as diferentes instituições/ISC de cada país, com base nos seus respetivos ordenamentos jurídicos, práticas e culturas institucional/empresarial. Não menos importante, a Mesa Redonda também utilizará este tipo de plataforma multinacional para promover trocas e sinergias entre os diferentes atores nos respetivos países beneficiários.

Esta Mesa Redonda será coorganizada e cofinanciada pelo Pro PALOP-TL ISC (projeto inteiramente financiado pela União Europeia e diretamente administrado pelo PNUD, num montante total de 6,5¹⁰ milhões de euros) que visa o reforço das capacidades de controlo das ISC, da fiscalização parlamentar das despesas e contas públicas, bem como da promoção da participação pública mais informada no processo orçamental, com ações a serem realizadas num período de três anos (2014-2016) em todos PALOP-TL, em parceria com o Programa de Boa Governança Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ.

Assim, o Pro PALOP-TL ISC, em parceria com o Programa de Boa Governança Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento - GIZ e sob os auspícios do Tribunal Administrativo de Moçambique, irá financiar a participação de todos os participantes das **ISC dos PALOP-TL** que se realiza entre 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2015, em Maputo (Moçambique).

8.1 INFORMAÇÃO GERAL SOBRE O EVENTO

DATA DO EVENTO

A **Mesa Redonda para as ISC dos PALOP-TL** terá lugar entre 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2015, no Hotel Avenida em Maputo – Moçambique.

Os custos de participação na **Mesa Redonda** (entre 29 de Setembro e 2 de Outubro) serão cobertos pelo Pro PALOP-TL ISC.

¹⁰ 6,4 milhões de euros administrados pelo PNUD e 0,1 milhões de euros administrados pela UE

LOCAL DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

A Mesa Redonda para as ISC dos PALOP-TL acontecerá no **Hotel Avenida, Maputo, Moçambique.**



Endereço: Av Julius Nyerere, 627, 3236 Maputo, Moçambique

Contacto: +258 21 48 44 48

Site: <http://hotel-avenida-maputo.h-rzn.com/>

A Mesa Redonda para as ISC dos PALOP-TL terá lugar entre 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2015, em Maputo – Moçambique.

<http://www.serenahotels.com/serenapolana/default-en.html>

TEMA

Mesa Redonda para a análise dos desafios e das melhores práticas em Auditorias de Regularidade e de Desempenho nos Sectores das Industrias Extrativas & Grandes Obras Públicas em sinergia com a Fiscalização Prévia.

RECEPÇÃO OFICIAL

A Mesa Redonda para as ISC dos PALOP-TL é coorganizado sob os auspícios do Tribunal Administrativo de Moçambique e cofinanciado pelo Projeto Pro PALOP-TL ISC em parceria com o Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ.

REGISTRO DE INSCRIÇÃO

As inscrições acontecerão entre as 8:00 e as 18:00 do primeiro dia e antes da sessão de abertura **da referida Mesa Redonda**. Todos os participantes das ISC devem registrar-se no local para obter o **Handbook do Participante** e identificar-se (distintivo/badge) para participar no evento.

LINGUAGEM DA MESA REDONDA

A Mesa Redonda será conduzida em língua Portuguesa.

TRANSPORTE & PERDIEMS

Os bilhetes de avião dos participantes financiados pelo Projeto Pro PALOP-TL ISC deverão ser adquiridos pelos Escritórios do PNUD no país de origem. Os bilhetes de avião serão adquiridos de acordo com as regras e procedimentos do PNUD, mais especificamente em classe económica, pelo itinerário mais direto e mais barato.

Os participantes financiados pelo Projeto PRO PALOP-TL ISC irão receber *perdiems*, pagos de acordo com as regras e procedimentos do PNUD. Os *perdiems* serão baseadas nas taxas *standards* aplicadas pelo PNUD em Maputo (ou em trânsito), aos quais serão deduzidos 50% relativos a acomodação, 12% relativos aos almoços e/ou jantares e 6% relativos aos pequenos-almoços durante os dias 29 de Setembro a 2 de Outubro de 2015 (pagas diretamente pelo PNUD ao Hotel Avenida). Assim sendo, nesses dias, os participantes receberão 32% e/ou 20% do valor total dos *perdiems* para Maputo, sendo que para os dias remanescentes, cada participante receberá o *perdiem standard* do PNUD para Maputo ou outras cidades em que possa estar em trânsito (de acordo com as regras e procedimentos do PNUD).

ACOMODAÇÃO

A Organização é responsável pelo pagamento da hospedagem dos participantes no Hotel Avenida durante o período da estadia da Mesa Redonda, não ultrapassando o período de uma semana, equivalendo a 5 dias úteis. Por forma a facilitar a logística, os participantes serão acomodados no mesmo Hotel em que decorre a formação, no Hotel Avenida <http://hotel-avenida-maputo.h-rzn.com/>.



N.B. Os participantes que decidirem ficar alojados noutro hotel deverão durante esta Mesa Redonda previamente informar à Comissão Técnica Organizativa do evento desta opção.

De notar também que a organização custeará a acomodação apenas no Hotel Avenida, durante a semana do **Mesa Redonda**, pelo que cada participante será responsável pelo pagamento da sua estadia noutro Hotel à sua escolha no período de sua realização. Durante esse período, todos os participantes financiados pelo Pro PALOP-TL ISC receberão 32% e ou 20% do valor total do *perdiem* do PNUD para Maputo.

CONTATOS**Tribunal Administrativo de Moçambique**

- José Maduela
- (+258) 823563110/jmaduela@gmail.com

Tribunal de Contas de União

- Macleuler Costa Lima
MACLEULER@tcu.gov.br

Programa de Boa Governação Financeira, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ

- Carlos Maurício
(+258) 21485153/5/cmauricio.figueirido@ip-consult.de

PNUD Escritório de Moçambique

- Habiba Rodolfo
(+ 258)21481402/habiba.rodolfo@undp.org
- Eunice Taibo
- (+ 258)21491691/eunice.taibo@undp.org

Unidade de Gestão do Projeto Pro PALOP-TL ISC

- Ricardo Godinho Gomes, Gerente do Programa & Chefe da Unidade de Gestão Pro PALOP-TL ISC
(+238) 932 76 87/ ricardo.g.gomes@cv.ijo.un.org
- Maria Andrade, Conselheira Nacional Sénior da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC
(+238) 997 73 97/ maria.andrade@cv.ijo.un.org
- André Delgado, Assistente do Programa da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC
(+245) 996 37 63/ andre.delgado@cv.ijo.un.org
- Isaura Lopes Ramos, Escritório de Comunicação da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC
(+238) 597 6977/ isaura.lopes@cv.ijo.un.org

Delegação da União Europeia em Moçambique

- Frederique Hanotier, Adida, Responsável pelo seguimento dos projetos da cooperação EU | PALOP-TL
(+258) 21481000/21494949/21481053/ Frederique.HANOTIER@eeas.europa.eu
- Els Berghmans, Adida, Responsável pelo Apoio Macroeconómico e GFP
(+258) 21481000/21494949/21481053/ Els.BERGHMANS@eeas.europa.eu
- Anna Renieri, Adida, Chefe da Secção Operacional Sociedade Civil e PALOP-TL
(+258) 21481000/21494949/21481053/ Anna.Renieri@eeas.europa.eu

Delegação da União Europeia em Cabo Verde

- Carla Folgoa, Adida, Responsável pelo seguimento dos projetos da cooperação EU | PALOP-TL
(+238) 26213 92/93/94/ Carla.SEZOES-FOLGOA@eeas.europa.eu
- Cassandra Pereira, Adida, Responsável pelo Programa de Ajuda Orçamental
(+238) 26213 92/93/94/ Cassandra-Helena.PEREIRA@eeas.europa.eu

8.2 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE MAPUTO

VISTO / TAXA DE AEROPORTO

Os participantes na posse de passaportes diplomáticos ou de serviço originários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), não precisam de visto de entrada.

Os demais deverão obter o Visto de Entrada nas representações diplomáticas da República de Moçambique.

Os participantes que devem transitar pela República da África do Sul devem obter informação sobre a necessidade de vistos de trânsito. Os participantes são responsáveis pela obtenção dos seus vistos, inclusive os de trânsito em países terceiros.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE MAPUTO

Maputo (até 1976 **Lourenço Marques**) é a capital e a maior cidade de Moçambique. É também o principal centro financeiro, corporativo e mercantil do país. Localiza-se na margem ocidental da Baía de Maputo, no extremo sul do país, perto da fronteira com a África do Sul e, da fronteira com a Suazilândia e, por conseguinte, da tripla fronteira dos três países. Maputo não é só a capital política de Moçambique, mas ocupa também uma posição central em termos de infraestrutura, atividade económica, educação e saúde. A cidade concentra a maior parte dos serviços e sedes dos grandes grupos económicos e empresas, públicas e privadas.

Os setores de comércio, transporte e comunicações e indústria manufatureira são os mais significativos.

Os principais produtos agrícolas do município de Maputo são: alface, couve, abóbora, alho. As principais indústrias do município são a indústria química e a de alimentos. Outras indústrias incluem a indústria discográfica, metalúrgica e de móveis.

A cidade de Maputo está localizada no sul de Moçambique, a oeste da Baía de Maputo, no Estuário do Espírito Santo.



CLIMA E VESTUÁRIO

O Clima de Maputo é o tropical seco. O período mais quente do ano compreende os meses de Novembro a Abril e o mais frio os meses de Maio a Outubro. O período de maior precipitação ocorre nos meses mais quentes, entre Novembro e Março. Entre Outubro e Abril as temperaturas vão entre 27° e 29°, entre Maio e Setembro, as temperaturas variam entre o 18° e 20°. A humidade relativa média é de 66,6%, com pouca oscilação durante o ano. O mês com maior humidade relativa é Março com 71,0%, e o mês como menor humidade é Junho com 63,5%.

MOEDA E CÂMBIO

O metical (sigla nacional: MT) é a moeda de Moçambique, que substituiu a moeda colonial, o Escudo de Moçambique, em 16 de Junho de 1980. O nome desta moeda tem origem numa antiga “moeda”, usada no período pré-colonial, formada por ráquis de penas de aves cheias de ouro em pó. O metical está disponível em moedas, 1; 5; 10; 20; 50 centavos e 1; 2; 5; 10 meticais e em notas disponíveis de 20; 50; 100; 200; 500 e 1000 meticais.

BANCO, TRAVEL CHEQUE E CARTÕES DE CRÉDITO

O câmbio atualizado é facilmente obtido nos bancos e nas casas de câmbio.

Os cartões de crédito e *traveller* cheques também podem ser utilizados. Cartões Visa e Master são amplamente aceites em hotéis, lojas, restaurantes e bares.

Para os Bancos, nos dias normais, o horário de funcionamento é das 08:00 Horas às 17:00, à exceção dos sábados que funciona entre as 09:00 Horas e 13:00 Horas.

Lista de Bancos Comerciais de Moçambique

1. **Banco Internacional de Moçambique, SA.** Av. 25 de Setembro, nº 1800 - Cidade de Maputo.
<http://www.millenniumbim.co.mz>
2. **Barclays Bank Moçambique, SA.** Av. 25 de Setembro, nº 1184 - Cidade de Maputo
<http://www.barclays.co.mz>
3. **Standard Bank, SA.** Praça 25 de Junho, nº 1 - Cidade de Maputo
<http://www.standardbank.co.mz>
4. **Banco Comercial e de Investimentos, SA.** Prédio John Orr's, Av. 25 de Setembro, nº 1465 Cidade de Maputo
<http://www.bci.co.mz>
5. **International Commercial Bank (Moçambique) SA.** Edifício INSS, Av. 24 de Julho, nº 3549 - Cidade de Maputo. <http://www.icbank-mz.com>
6. **The Mauritius Commercial Bank Moçambique, SA.** Av. Friedrich Engels, nº 400 - Cidade de Maputo.
<http://www.mcbmoçambique.com>
7. **African Banking Corporation (Moçambique), SA.** Av. Julius Nyerere, nº 999 - Cidade de Maputo
<http://www.africanbankingcorp.com>
8. **FNB Moçambique, SA.** Av. 25 de Setembro nº 420, 1º Andar, Sala 8 - Cidade de Maputo
<http://www.fnb.co.mz>
9. **Socrema Banco de Microfinanças, SA.** Av. 24 de Julho, nº 426
<http://www.socrema.com>
10. **Banco Mercantil e de Investimentos, SA.** Av. 24 de Julho, nº 3549, 4º andar - Cidade de Maputo
11. **Banco ProCredit, SA.** Av. Zedequias Manganhela, nº 267 - Cidade de Maputo
<http://www.bancoprocredit.co.mz>
12. **Banco Oportunidade de Moçambique, SA.** Av. 24 de Julho, nº 4136 - Cidade de Maputo
<http://www.oibm.org>
13. **Banco Terra, SA.** Av. Samora Machel, nº 47 - Cidade de Maputo
<http://www.bancoterra.co.mz>

14. Moza Banco, SA. Av. Nkwame Nkrumah, nº 97 - Cidade de Maputo
<http://www.mozabanco.co.mz>
15. **Banco Tchuma, SARL.** Rua de Bagamoio, nº 333, 2º andar Cidade de Maputo
16. **Banco Nacional de Investimento, SA.** Av. Samora Machel, nº 323, 3º andar – Maputo
17. **United Bank for Africa Moçambique, SA.** Edifício do INCM, Praça 16 de Junho, nº 312, 2º andar – Maputo
18. **Banco Único, SA.** Av. Julius Nyerere, nº 590 – Maputo

FUSO HORÁRIO

Moçambique, encontrando-se a leste do meridiano de Greenwich, está 02 horas a mais em relação a Hora Média de Greenwich.

TELECOMUNICAÇÃO

Para ligações a partir do estrangeiro marca-se 258 (indicativo internacional do País) seguido do número do posto telefónico. Também existem três operadoras de rede Móvel Mcel (82), Vodacom (84) e Movitel (86).

TELEFONES PARA EMERGÊNCIAS

- Polícia : 00258. 21 32 20 02
- Emergências : 112

ELETRICIDADE

A corrente é de 220/240V 50 hz. Aconselha-se a trazer um adaptador para os seus aparelhos.

CORREIO, FAX E INTERNET

Postal e fax estão disponíveis nos correios da cidade. Serviços de internet também estão disponíveis na maioria dos grandes hotéis. Cartões de telefone celular pré-pagos estão disponíveis em hotéis e lojas locais.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Na função pública, de segunda à sexta-feira, o horário de funcionamento é das 07:30 horas às 15:30 Horas com exceção dos serviços de apoio ou de emergência como a Polícia, Hospital e Bombeiros cujo carácter de trabalho exige uma permanência funcional contínua.

Para as instituições privadas, embora seja complexo o seu funcionamento, as mesmas respeitam o horário das 08:00 Horas às 17:00 Horas com um intervalo de 2 Horas, entre as 12:00 Horas e às 14:00 Horas

LINGUA

A língua oficial é o português, utilizado nas escolas, na administração pública, na imprensa e nas publicações.

Existem 13 dialetos principais: Emakhuwa, Xitsonga, Ciyao, Cisena, Cishona, Echuwabo, Cinyanja, Xironga, Shimaconde, Cinyungue, Cicopi, Bitonga, Kiswahili.

SAÚDE

Para entrar no país é necessário apresentar o certificado de vacinação contra a febre-amarela.

Durante a estadia devem-se tomar medidas para evitar picadas de mosquitos e cuidados no consumo de alimentos e de água, por forma a minimizar os riscos de transtornos intestinais frequentes em zonas tropicais.

Em caso de necessidade de cuidados de saúde imediatos, devem recorrer aos hospitais, centros de saúde ou clínicas.

Hospital Central de Maputo

Av. Eduardo Mondlane

Tel. (258) 325.002/4

Clinica de Sommershild

Tel. (258) 21493924

Banco de Socorros

Tel. (258) 21325001

Clinica Cruz Azul

Tel. (258) 21 325001

Farmácias

Farmácia Cidade

Av. 24 de Julho, 1150, Centro Comercial da Interfranca

Tel. (258) 21 315185

Farmácia Denylson

Loja 15 R/C, 114, Rua da Sé Hotel Rovuma

Tel. (258) 21 310742

Farmácia Oksana

Pr Time Square 270, R/C Av. 25 de Setembro

Tel. (258) 21 310742



Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste

